

FMS	BRIN
BIBLIOTECA	
Plano de Defesa	
25/10/2006	
Assunto	Defesa Civil

Codesal e Sucom fazem vistoria na Baixa Fria

Mais de 20 casas foram atingidas pela lama que deslizou do canteiro de obras de uma empreiteira

Ana Carolina Araújo

Antonio Saturnino



Relatório da vistoria será entregue ao MP, que pode obrigar empresa a arcar com aluguel

A pedido da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual (MPE), representantes da Coordenadoria de Defesa Civil de Salvador (Codesal) e da Superintendência de Controle e Uso do Solo do Município (Sucom) realizaram, ontem pela manhã, uma vistoria nas casas atingidas por um deslizamento de terra na Baixa Fria, Boca do Rio, no último dia 19. Mais de 20 casas foram atingidas pela lama que correu do canteiro de obras da Amayo Patrimonial Ltda. O relatório será entregue ainda hoje à promotora Cristina Seixas Graça, responsável pelo caso, para que a construtora arque com os custos de remoção e aluguel das famílias atingidas.

A visita da Codesal e da Sucom foi resultado da reunião realizada no MPE na última quinta-feira, com representantes do órgão, da Amayo e da comissão de moradores. De acordo com o chefe de Engenharia da Codesal, José Roberto Casqueiro, uma equipe deveria estar trabalhando na correção dos problemas desde a manhã de ontem, o que não aconteceu. Ele chegou ao local por volta das 9h, acompanhado pelo subgerente de Fiscalização Urbanística da Sucom, Everaldo Costa Freitas Júnior. A equipe visitou todas as casas que margeiam a alvenaria por onde a terra passou. Foram feitos registros sobre a situação das construções e necessidades das famílias. Caso a Defesa Ci-

vil determine a condenação de alguma das casas, a Sucom será responsável pela demolição e remoção dos escombros.

A situação na Baixa Fria abate os moradores que lutam contra a Amayo há mais de um ano. Esta é a terceira vez e moradores e representantes da empresa são colocados frente a frente, mas até agora nenhum ato concreto beneficiou a comunidade. De acordo com Cláudio de Jesus, que integra a Comissão de Moradores da Baixa Fria, a construtora sempre se dispôs a cumprir as determinações do MPE nas reuniões, mas isso nunca aconteceu. "A promotora já exigiu mão-de-obra especializada, pois a obra é de risco, mas eles

continuam contratando o pessoal do bairro para fazer o serviço", denuncia o morador.

Justificativa - Os operários contratados nas redondezas afirmam que o engenheiro responsável pela obra só aparece ocasionalmente. Quem cuida do canteiro é um mestre-de-obras. A empresa se defende, afirmando que todo o necessário para a correção dos problemas tem sido feito. O advogado da Amayo, Roberto Cajado, alega que as obras de recuperação do terreno e contenção do material ainda não começaram por falta de liberação da Sucom. "Eu entendo que eles não liberem a obra, mas eu tinha avisado que pelo menos a recuperação ambiental

precisava ser feita logo e que, se acontecesse alguma coisa, a responsabilidade seria deles", afirma.

Ainda de acordo com a empresa, há dados confirmando que a água que desceu não vem apenas do terreno, mas também da rua próxima e de dois edifícios de apartamentos. Além disso, há a sobreposição de solos provocada pelo despejo de expurgos de resíduos das escavações do metrô que, segundo Roberto Cajado, não tem qualquer relação com a construtora. "Nem esses fatores nem o volume de chuva são responsabilidade nossa, mas estamos arcando com tudo porque está no nosso terreno", justificou o advogado.

Moradores reclamam do abandono

A situação dos moradores da Baixa Fria em dias de chuva sempre foi complicada pela falta de urbanização. Sinal disso é que a maioria das casas tem uma proteção na entrada para barrar a água e o lixo que vem com ela durante as enxurradas. O acúmulo de terra no canteiro de obras da Amayo aumentou o desconforto e, por causa dos dois outros incidentes ocorridos este

ano, a maioria dos moradores já esperava um novo susto.

Várias crianças da vizinhança já tinham sido orientadas pelos pais a saírem de casa caso estivessem sozinhas e a chuva começasse a cair. Foi o caso das filhas gêmeas da empregada doméstica Valdeir de Jesus Almeida, 52 anos. Elas estavam sozinhas e foram retiradas por vizinhos antes que a casa de dois quar-

tos, sala e cozinha fosse completamente tomada pela lama. Uma das paredes caiu e agora todos os móveis estão sob uma camada de 1,20m de lama. O portão foi fechado para que a terra não impedisse a passagem no estreito beco e a família teve que deixar o local.

A casa onde Juciane dos Santos Bento, 22 anos, mora com o marido já estava con-

denada desde o embargo da obra, em junho deste ano. Ela chegou a morar em uma casa alugada por alguns meses, mas voltou por falta de dinheiro. Agora, está na casa da mãe. "A terra correu de madrugada e de manhã saímos levando o que deu. Perdi som e TV e minha geladeira, que não tinha um mês de compra. Está toda arranhada", relatou a camareira.

Situação legal se complica

A ação movida pela Procuradoria Geral do Município atinge a Amayo Patrimonial Ltda., mas, caso as determinações não sejam cumpridas, pode recair sobre seus diretores. Luanda Figueiredo, Ontem, o site da prefeitura de Salvador informava que os dois estavam foragidos. A afirmação foi contestada pelo advogado da empresa e pela promotora Cristina Graça. Se-

gundo ela, os dois prestaram todas as informações necessárias ao processo e enviaram representantes às audiências marcadas.

Na reunião na última quinta-feira, foi acordado entre as partes que até a próxima segunda-feira a construtora deve apresentar estudos para a retificação do talude. O projeto que reconstitua a rede pluvial, que foi completamente obstruída pe-

lo barro, ficará para o dia 6 de novembro. Um novo desenho para o muro de arrimo do terreno deverá ser entregue ao Ministério Público no dia 26 de novembro. Segundo o chefe de engenharia da Codesal, se começarem imediatamente, as intervenções no local devem ser concluídas em 60 ou 90 dias.

A promotora Cristina Graça informou que os casos de danos patrimoniais não são trata-

dos pelo MPE, mas as vítimas já têm advogados cuidando do assunto. O órgão público tratará apenas das questões ambientais e do risco de vida para a comunidade. "Eles terão que arcar com o aluguel até que toda a recuperação do terreno e dos móveis seja concluída", resumiu a promotora, afirmando que "se houver demora, o Ministério Público não hesitará em fazer cumprir as decisões por via judicial".